

**A IDEIA DE LITERATURA: DEPENDÊNCIA RECÍPROCA  
ENTRE AS PERSPECTIVAS CONCEITUAL E HISTORIOGRÁFICA**

Roberto Acízelo de Souza (Uerj / CNPq / Faperj)

**Resumo:**

Na área da nossa especialização, durante todo o século XX, o ponto de vista de base historiográfica tornou-se alvo de uma contestação generalizada, até chegar praticamente a transformar-se em verdadeira impertinência, mal tolerada, e vista como simples estorvo para um delineamento adequado do objeto dos estudos literários. No entanto, parece haver, para uma construção consistente desse objeto, dependência recíproca entre a perspectiva conceitual e a historiográfica.

É o que se pretende demonstrar, com base na análise de duas obras representativas respectivamente do que vamos chamar modo de exposição historiográfico e modo de exposição conceitual – *Storia della letteratura italiana* (1871), de Francesco De Sanctis, e *Literary theory: an introduction* (1983), de Terry Eagleton –, e considerando, também, o esforço de conciliação desses dois modos presente na *História da literatura europeia* (1803-1804), de Friedrich Schlegel.

**Palavras-chave:**

História da Literatura. Teoria da Literatura. Narrativa. Conceito.

**1**

Um dos mais prestigiosos tratados de historiografia literária nacional do século XIX é a *Storia della letteratura italiana*, de Francesco De Sanctis, publicada em 1871. Eis como o autor inicia sua exposição:

1. Primeiros documentos da literatura italiana. – Considera-se usualmente como o mais antigo documento da nossa literatura a cantiga ou canção de Ciullo (diminutivo de Vincenzo di Alcamo), e uma canção de Folcachiero de Siena.

Qual das duas canções seja anterior é coisa pueril disputar-se, sendo elas não princípio, mas parte de toda uma época literária, que começa muito antes e alcança o esplendor sob Frederico II, do qual toma o nome (DE SANCTIS, 1950, p. 29; tradução nossa).

Observe-se a total ausência de um preâmbulo que situe os fundamentos conceituais ou metodológicos da exposição, que se inicia diretamente pelo relato cronológico dos fatos. Tal alheamento em relação a conceitos conduz ao emprego de termos que restam sem definição, acerca dos quais se pressupõe implicitamente uma compreensão tácita, dado que, segundo se pode deduzir desse processo expositivo, se prestariam a definição óbvia e incontroversa, e, portanto inteiramente supérflua. É o caso, inclusive, do mais central dos termos técnicos ocorrentes na obra – *literatura* –, que o autor se julga desobrigado de definir, certamente convicto de que todos os leitores compreenderão prontamente o que vem a ser afinal “a nossa literatura”.

No entanto, justamente este termo é um bom exemplo para se mostrar a deficiência desse modo de exposição, a que chamaremos *historiográfico*. Veja-se: o autor serve-se de um termo técnico da sua época, correspondente a conceito que considera tão óbvio que prescindiria de definição; ocorre, no entanto, que o termo, de certo modo um neologismo do século XIX, simplesmente não se aplica às letras do tempo das canções em causa – o século XIII –, época em que a palavra *literatura* ainda não integra o vocabulário dos vernáculos modernos, e em que as diversas manifestações das artes verbais – a canção entre elas – ainda não se tinham unificado sob um só conceito, que seria expresso, no futuro, pelo vocábulo *literatura*.

Friedrich Schlegel, por sua vez, percebeu, na sua *História da literatura europeia* (1803-1804), a necessidade de um preâmbulo conceitual, mas, talvez cedendo ao prestígio do historicismo, tão forte no seu tempo, resolveu o dilema história *versus* conceito dissolvendo este no sorvedouro daquela: “Antes de começarmos nossa exposição histórica, será necessário oferecer um conceito provisório de literatura, que precise a dimensão e os limites do todo. Mas esse conceito só pode ser provisório, pois

o conceito mais pleno é a própria história da literatura” (SCHLEGEL, 2011 [1803-1804], p. 504).

## 2

Os exemplos apresentados, que poderiam multiplicar-se para a verificação da mesma evidência, demonstram que o século XIX se assinalou, no campo dos estudos literários, pelo predomínio absoluto do modo de exposição historiográfico sobre o modo de exposição conceitual. Ora, o século XX inverteria a tendência, conforme veremos pela análise de um manual acadêmico que, segundo matéria publicada no suplemento “Prosa e Verso” do jornal *O Globo*, na edição de 26 de junho de 2010, tornou-se um “best-seller internacional, com mais de um milhão de exemplares vendidos”: *Teoria da literatura: uma introdução*, do professor inglês Terry Eagleton. Trata-se de obra de 1983, que vem tendo diversas edições, das quais seis no Brasil (1986, 1994, 1997, 2001, 2003, 2006).

Ao contrário da praxe dos manuais historiográficos oitocentistas, o livro se inicia com duas partes dedicadas à exposição de seus fundamentos conceituais: um prefácio conciso e um capítulo consagrado a extensa discussão de seu conceito central, intitulado “Introdução: o que é literatura?”. Analisemos detidamente esse capítulo.

Em certa passagem, manifesta-se clara consciência da historicidade do conceito em questão, sob a forma de uma autoadvertência retórica: “Podemos estar oferecendo como definição geral um sentido do ‘literário’ que é, na verdade, historicamente específico” (EAGLETON, 1987 [1983], p. 10; tradução nossa). Exemplo dessa inconsistência, aliás, encontramos no trecho de De Sanctis anteriormente citado, onde se verifica uso anacrônico do conceito, como vimos, pois ali se toma por geral certo “sentido do literário” que, contudo, é específico do tempo do autor, podendo, por conseguinte, aplicar-se ao século XIX, mas não ao XIII.

A observação de Eagleton, então, nos parece perfeita, desde que a ressalva das aspas na palavra “literário” sirva efetivamente para assinalar que o termo aí se encontra na falta de expressão mais apropriada. É que, sem as aspas, *o literário*, como substantivo, seria sinônimo de *literariedade*, noção específica do século XX, que podemos definir como propriedade objetiva de certos textos reconhecível por critérios linguísticos, e que os distingue, no vasto campo das produções verbais, como integrantes de área mais restrita a que chamamos *literatura*. Ora, tomado nessa acepção,

“literário”, na passagem em apreço, constituiria exatamente “um sentido [...] historicamente específico”, e assim tornaria o enunciado contraditório nos seus próprios termos, o que só não ocorre caso leiamos as aspas com a significação que propusemos.

Lamentavelmente, no entanto, o autor não é consequente com essa exigência de rigor que ele próprio se faz, pois um pouco antes, tomando por absoluto um conceito restrito ao século XX – o de literariedade –, afirma o seguinte: “Alguns textos nascem literários, alguns obtêm literariedade, e a outros a literariedade lhes é introduzida a força” (EAGLETON, 1987 [1983], p. 8-9; tradução nossa). Ora, isso não é mais que um disparate: um texto de uma época em que não vigora a ideia de que existe certa propriedade verificável que carimba certas obras como especificamente literárias, isto é, como dotadas de literariedade, enquanto a outros sonega esse carimbo, por lhes faltar a tal propriedade requisitada, simplesmente não pode *nascer literário*. Vejamos um exemplo: um sermão de Vieira não é nem deixa de ser literário, simplesmente porque a distinção literário/não literário não se fazia no século XVII. De modo que, permanecendo no nosso exemplo, um sermão de Vieira não nasce literário, e tampouco tem capacidade para *obter* literariedade, bem como esta não se lhe pode introduzir a força, a não ser que – claro – nos contentemos com a complacência do vale-tudo dos anacronismos.

Para concluir, vejamos mais uma passagem em que se ignora por completo a recomendação de não perder de vista a historicidade dos conceitos com que se opera. O trecho é o seguinte:

Na Inglaterra setecentista, o conceito de literatura não se encontrava restrito, como às vezes está hoje, aos escritos “criativos” ou “imaginativos”. Tinha em vista todo o conjunto de escritos valorizados em sociedade: filosofia, história, ensaios e cartas, bem como poemas. O que tornava “literário” um texto não era o fato de ser ou não ficcional – o século XVIII tinha sérias dúvidas sobre se a forma recém-inaugurada do romance constituía mesmo literatura –, mas se era ou não conforme a certos padrões das belas-letas” (EAGLETON, 1987 [1983], p. 17).

Ora, na Inglaterra do Setecentos – e, acrescente-se, em todas as sociedades letradas do Ocidente da mesma época –, o conceito de literatura não estava restrito a

isso ou àquilo, porque não havia conceito de literatura; o “conjunto de escritos valorizados em sociedade” não era literatura – conceito, aliás, então inexistente –, e, de resto, o próprio autor logo em seguida acaba por nomear tal conjunto com a expressão *belas-letras*, coisa a rigor distinta de literatura; e, por fim, terceira imprecisão, contida em espaço tão pequeno: “poemas” faziam parte das belas-letras, porém filofia, história e cartas, não.

Com se vê, o manual de Terry Eagleton, à semelhança de seus congêneres do século XX, opta claramente pelo modo de exposição que chamamos *conceitual*. A par disso, manifesta a saudável intenção de manejar os conceitos com que trabalha – sobretudo, como vimos, o conceito central da área, o de literatura, naturalmente – sem perder de vista seu caráter apenas contingencial e histórico, sem tomá-los, portanto, como ideias alheias aos trancos e barrancos da história, ponto de vista que, se adotado, implicaria considerá-los noções situadas fora do tempo, eternas, por conseguinte, assim implicitamente legitimando filosofias da história incompatíveis com a própria orientação marxista adotada pelo autor. Ele fica, no entanto, como julgamos ter demonstrado, apenas nas boas intenções, perdendo-se em dolorosos anacronismos, que comprometem por completo a precisão e o rigor de seus argumentos.

### 3

Tentemos agora arrematar essas breves observações, na expectativa de que delas possamos extrair subsídios para nossas reflexões sobre o objeto literatura, que nos orientem no que escrevemos e ensinamos a seu respeito.

Na área da nossa especialização, durante todo o século XX, o ponto de vista de base historiográfica tornou-se alvo de uma contestação generalizada, até chegar praticamente a transformar-se em verdadeira impertinência, mal tolerada, e vista como mero estorvo para um delineamento adequado do campo dos estudos literários. No entanto, parece haver, para uma construção consistente desse campo, dependência recíproca entre a perspectiva conceitual e a historiográfica, como indica a rápida análise que fizemos dos poucos textos por nós estrategicamente selecionados.

O sumário trajeto que perfizemos, assim, teve por objetivo mostrar as dificuldades para se compor, na reflexão sobre a literatura, os elementos historiográfico e conceitual. Vimos que De Sanctis, optando pelo historiográfico, parte do pressuposto de que o conceito de literatura não precisa ser definido, por óbvio, e, por conseguinte,

sem se extraviar com abstrações, parte direto para a narrativa dos fatos concretos – as canções, os documentos, o contexto da época em que foram produzidas –, tarefa por excelência do historiador, pelo menos do historiador tradicional. Eagleton, por seu turno, valoriza os conceitos, cultor que é da teoria, e até dá satisfações sobre a necessidade de não perder de vista a história, mas falha inteiramente na tentativa de os colocar em perspectiva histórica, trabalhando o tempo todo com anacronismos impressentidos. Schlegel, por fim, quer fazer história, mas não desdenha dos conceitos; ao tentar, contudo, arrumar, na sua narrativa, um cantinho para os conceitos, acaba por entorná-los no rio do tempo histórico, onde eles se perdem ou se desmancham.

#### 4

E há saída para esse dilema? – perguntará um daqueles alunos atentos e interessados, que admiramos, e que às vezes nos desconcertam, pelo embaraço que nos causam certas questões que suscitam. Respondo que não sei, mas acho que sim.

Diria que é preciso equilibrar-se entre exigências contraditórias. Por um lado, admitir que existem fatos, relativamente independentes de nossos apriorismos teóricos, e por isso não se deve desdenhar do trabalho paciente da pesquisa em fontes e arquivos, sendo, pois, perfeitamente dignos projetos de índices, inventários bibliográficos, recuperação e edição de textos, estabelecimento de cronologias, etc., etc., muitas vezes mais interessantes para nossa comunidade estudiosa do que interpretações mais ou menos idiossincráticas de “novos objetos”, hoje tão em alta no mercado de bens acadêmicos. Por outro lado, não perder de vista que, sem teoria, não se alcança a inteligência dos fatos, e por isso não menos importante é dedicar-se ao pensamento especulativo e abstratizante, à reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos das nossas disciplinas, de modo que, no discurso delas, nada afirmemos sem ao mesmo tempo explicitar e pôr em questão as bases do que enunciamos, pois, parafraseando um conhecido lema de velhos políticos brasileiros, o preço do rigor é a eterna vigilância.

#### Referências

DE SANCTIS, Francesco. *Storia della letteratura italiana*. A cura di Francesco Flora. Milano: Antonio Vallardi Ed., 1950 [1871].

EAGLETON, Terry. *Literary theory: an introduction*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1987 [1983].

SCHLEGEL, K. W. Friedrich von. Introdução (à história da literatura europeia) [1803-1804]. Tradução de Luiz Costa Lima, com a colaboração de Johannes Kretschmer. In: SOUZA, Roberto Acízelo de (Org.). *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*. Chapecó, SC: Argos, 2011. p. 501-510.